

ECONOMIA

Crises corroem os salários

Desde outubro de 1997, rendimento médio dos trabalhadores já caiu 7,8%, segundo IBGE

Flávia Oliveira

ondas de crise que, desde o segundo semestre de 1997, arrebentaram na economia brasileira deixaram de resaca os trabalhadores. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram a derrocada asiática à desvalorização do real, a renda média dos brasileiros trabalhou em 1997, de R\$ 689,63 para R\$ 677,90. Incluindo os 6,58% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado no período, a perda foi de 7,8%. Não é só. A combinação de uma recessão, o desemprego e a incapacidade de mobilização dos trabalhadores de baixa renda. No setor de construção civil — onde a renda média é de apenas 3,57 salários-mínimos por mês, a menor entre os setores analisados — a perda de poder aquisitivo chegou a 20,8%, de outubro de 1997 para o início de 1999. Já os autônomos amargaram uma queda de 11,7% nos rendimentos.

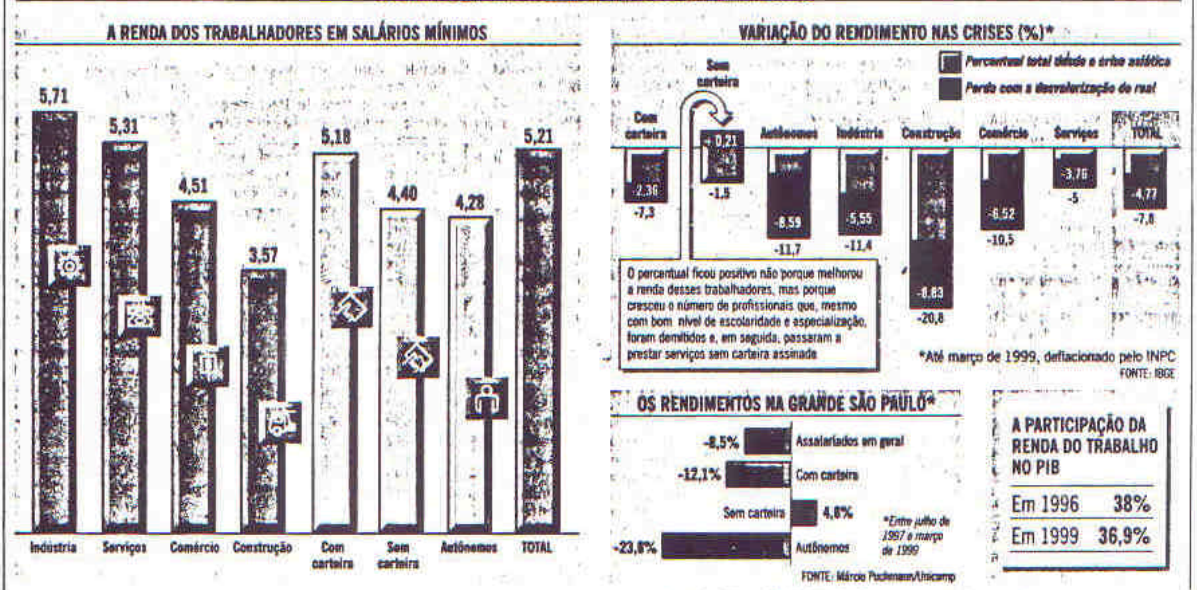
A renda média dos trabalhadores com as crises da Ásia e da Rússia, nenhuma delas teve impacto tão negativo quanto a desvalorização cambial, início deste ano. E a tendência é de perdas contínuas nos próximos meses — salienta Marilene Silva Mansoel, chefe da Divisão de Estatística Mensal do Departamento de Emprego e Rendimento do IBGE.

desvalorização do real provocou aumento da inflação no início de 99, enquanto no primeiro trimestre de 99, o rendimento médio dos ocupados caiu 7,8%. Ou seja, mais da metade das perdas salariais do último ano e meio ficou concentrada entre janeiro e março deste ano. Isso se deve não só ao replique inflacionário, mas às mudanças que a desvalorização do dólar provocou nas negociações entre patrões e empregados. No ABC paulista, por exemplo, a queda na produtividade levou a negociações com reduções na carreira e nos salários para manter os empregos. Diante da retração da economia, os reajustes acima da inflação também estão bem mais difíceis.

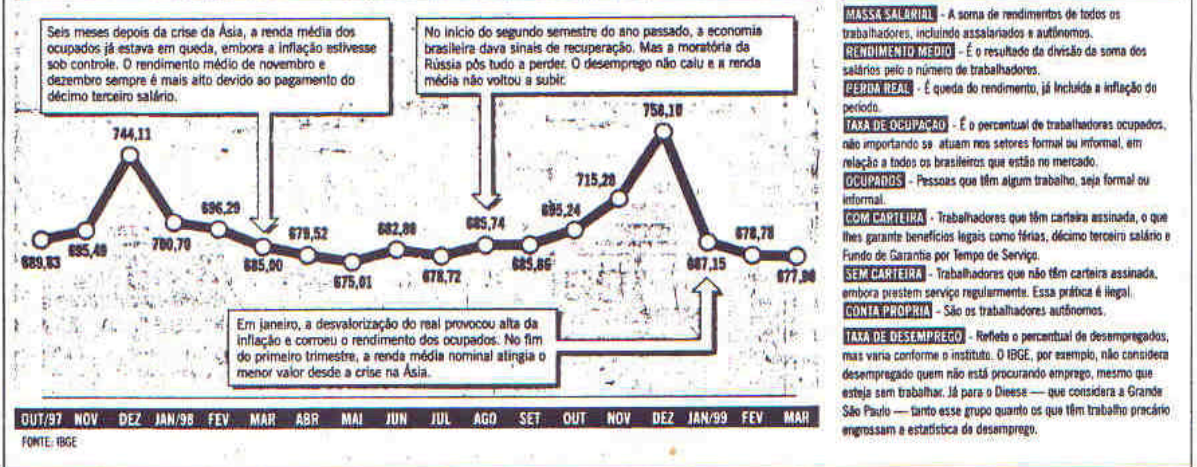
A crise da Ásia teve como efeito imediato o aumento do desemprego. O índice de dois pontos percentuais na taxa de desemprego em 7% e 8% foi conseqüência do freio que a alta dos juros colocou à atividade econômica. O exercício de sem-trabalho — que passa de 1,4 milhão de pessoas nos seis principais estados urbanos do país, segundo o IBGE — aumenta a competição pela vaga de trabalho cada vez mais escassa. É nesse contexto que a renda é afetada. Primeiro, porque os que conseguem ocupação ganham salários menores. Depois, porque a queda do desemprego mina a mobilidade dos que têm trabalho.

da de renda atinge também as famílias de maior qualificação. É muito difícil brigar por aumentos salariais quando 30% da categoria é informalidade — diz Severino Tadeu da Silva, conhecido como Bill, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil do Rio de Janeiro. A entidade estima que a categoria de trabalhadores de baixa qualificação

OS EFEITOS DA CRISE SOBRE OS GANHOS DOS TRABALHADORES



COMO ANDA A RENDA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS (EM REAIS)



fluminense. Desse total, 40% são serventes, cujo piso salarial é de R\$ 270 por mês. No acordo coletivo deste ano, o Sindicato do Rio conseguiu abono de R\$ 25 e reajuste de 4%, a partir de maio — de janeiro à abril. Inflação foi de 3,73%. Além disso, depois de cinco anos de negociação, as empresas concordaram em oferecer alimentação aos empregados. Trata-se de um avanço enorme, salienta Bill. Em São Paulo, onde a construção demite cerca de dez mil por mês, o acordo ficou restrito a um abono de R\$ 19. revela o sindicalista carioca.

E a queda de renda não atinge só os trabalhadores de baixa qualificação.

Desde outubro de 97, os empregados da indústria perderam 11,4% de sua renda e os trabalhadores com carteira assinada, 7,3%. Os professores — e não só os do ensino público, que há dois anos só têm abono — também são exemplos.

— Em 97 e 98, tivemos aumento superior à inflação. Este ano, reivindicamos 3,86%, mas as escolas oferecem 3% condicionados ao fim de cláusulas sociais, como a concessão de bolsas para os filhos dos professores. Os patrões alegam que a crise aumentou a inadimplência — diz Francilino Paes Leme, presidente do sindicato que representa os professores do ensino particular.

Curiosamente, os dados do IBGE mostram que os sem carteira acumulam os menores prejuízos: -1,5% desde outubro de 97. Considerando só o primeiro trimestre deste ano, a variação é positiva em 0,21%. Marilene diz que o ganho aparente dos informais é explicado pelo aumento da massa salarial. Não foram poucos os trabalhadores que, mesmo com alta escolaridade e especialização, foram demitidos e passaram a prestar serviços para os antigos patrões.

— Mas a situação dos conta própria é mais grave, porque a perda de renda num segmento tão heterogêneo piora a distribuição de renda — diz o econo-

mista Marcelo Neri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Em estudo recém-concluído, ele comparou as perdas salariais pós-crise asiática às do Governo Collor. Descobriu que, de outubro de 97 a fevereiro de 99, a queda real na renda per capita domiciliar foi de 1,9% ao ano. De março de 90 a setembro de 92, o arrocho bateu 18% ao ano. Ou seja, no início da década, o cenário dez vezes pior, assinala Neri.

• ESTUDO MOSTRA QUE A CRISE DERRUBOU A PARTICIPAÇÃO DO TRABALHO NO TOTAL DO PIB. na página 30

GLOSSÁRIO

- MASSA SALARIAL** - A soma de rendimentos de todos os trabalhadores, incluindo assalariados e autônomos.
- RENDIMENTO MÉDIO** - É o resultado da divisão da soma dos salários pelo número de trabalhadores.
- PERDA REAL** - É queda do rendimento, já incluída a inflação do período.
- TAXA DE OCUPAÇÃO** - É o percentual de trabalhadores ocupados, não importando se atuam nos setores formal ou informal, em relação a todos os trabalhadores que estão no mercado.
- OCUPADOS** - Pessoas que têm algum trabalho, seja formal ou informal.
- COM CARTEIRA** - Trabalhadores que têm carteira assinada, o que lhes garante benefícios legais como férias, décimo terceiro salário e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- SEM CARTEIRA** - Trabalhadores que não têm carteira assinada, embora prestem serviço regularmente. Essa prática é ilegal.
- CONTA PRÓPRIA** - São os trabalhadores autônomos.
- TAXA DE DESEMPREGO** - Reflete o percentual de desempregados, mas varia conforme o instituto. O IBGE, por exemplo, não considera desempregado quem não está procurando emprego, mesmo que esteja sem trabalhar. Já para o Dieese — que considera a Grande São Paulo — tanto esse grupo quanto os que têm trabalho precário ingressam e estatística de desemprego.